Os direitos humanos na formação de professores para EPT¹

Los derechos humanos en la formación docente para la EPT

Human rights in teacher training for EPT

Ingrid Simões Gross²

Adriana Duarte Leon³

Resumo

Esse artigo busca compreender o espaço curricular que o tema dos Direitos Humanos ocupa no Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados do IFSUL/Câmpus Pelotas/RS. A legislação educacional, especialmente a Resolução nº 01 de 2012 do Conselho Nacional de Educação, prevê a obrigatoriedade da abordagem do tema na formação de professores. A partir disso, analisa-se o atual projeto pedagógico do curso para identificar como a temática está contemplada nessa formação de professores. A proposta metodológica tem a perspectiva qualitativa, com técnica afiliada na análise documental, partindo-se do projeto pedagógico atual do curso, aprovado em 2018 e atualizado em 2023/1. Os Direitos Humanos não apareçam como uma disciplina no curso, estando presentes em diversas disciplinas, no escopo de um repertório vinculado ao tema, contemplando debates sobre lutas identitárias, questões étnico-raciais, diversidade, gênero, cidadania, justiça social, dentre outros. O debate dessa temática na formação docente pode proporcionar uma reflexão crítica sobre o papel do professor e da escola na sociedade, em consonância com os preceitos democráticos e emancipatórios da educação, a qual é um direito social a todos assegurado constitucionalmente.

Palavras-Chave: Formação Pedagógica; Projeto Pedagógico; Disciplina Curricular.

Resumen

Este artículo busca comprender el espacio curricular que ocupa la temática de Derechos Humanos en el Curso de Formación Pedagógica para No Graduados del IFSUL/Câmpus Pelotas/RS. La legislación educativa, en especial la Resolución N° 01 de 2012 del Consejo Nacional de Educación, prevé el abordaje obligatorio del tema en la formación docente. A partir de esto, se analiza el proyecto pedagógico actual del curso para identificar cómo se aborda el tema en esta formación docente. La propuesta metodológica tiene una perspectiva cualitativa, con una técnica afiliada al análisis documental, basada en el proyecto pedagógico actual del curso, aprobado en 2018 y actualizado en 2023/1. Los Derechos Humanos no aparecen como materia en el curso, estando presentes en varias materias, en el ámbito de un repertorio vinculado al tema, abarcando debates sobre luchas identitarias, cuestiones étnico-raciales, diversidad, género, ciudadanía, justicia social, entre otros. El debate sobre este tema en la formación docente puede aportar una reflexión crítica sobre el papel del docente y de la escuela en la

¹ Artigo apresentado no X Encontro Humanístico Multidisciplinar - EHM e IX Congresso Latino-Americano de Estudos Humanísticos Multidisciplinares, na modalidade online, 2024.

² Mestranda; Instituto Federal Sul-Rio-grandense Câmpus Pelotas; Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil, E-mail: ingrid.gross@gmail.com.

³ Doutora; Instituto Federal Sul-Rio-grandense Câmpus Pelotas; Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil, E-mail: adriana.adrileon@gmail.com

sociedad, en consonancia con los preceptos democráticos y emancipadores de la educación, que es un derecho social garantizado constitucionalmente para todos.

Palabras-clave: Formación Pedagógica; Proyecto Pedagógico; Disciplina Curricular.

Abstract

This article seeks to understand the curricular space that the theme of Human Rights occupies in the Pedagogical Training Course for Non-graduates at IFSUL/Câmpus Pelotas/RS. Educational legislation, especially Resolution No. 01 of 2012 of the National Education Council, provides for the mandatory approach to the topic in teacher training. From this, the current pedagogical project of the course is analyzed to identify how the theme is covered in this teacher training. The methodological proposal has a qualitative perspective, with a technique affiliated with document analysis, based on the current pedagogical project of the course, approved in 2018 and updated in 2023/1. Human Rights do not appear as a subject in the course, being present in several subjects, within the scope of a repertoire linked to the theme, covering debates on identity struggles, ethnic-racial issues, diversity, gender, citizenship, social justice, among others. The debate on this topic in teacher training can provide a critical reflection on the role of the teacher and the school in society, in line with the democratic and emancipatory precepts of education, which is a constitutionally guaranteed social right for everyone.

Keywords: Pedagogical Training; Pedagogical Project; Curricular Discipline.

1. Introdução

O Instituto Federal Sul-rio-grandense – IFSUL – Câmpus Pelotas/RS oferta a formação pedagógica para graduados não licenciados desde 1999.

Nos moldes da Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971 – a qual passou a exigir a habilitação de professores para o exercício do magistério nas disciplinas dos currículos dos cursos técnicos de nível médio -, teve início o processo de formação de professores na então Escola Técnica Federal de Pelotas (ETFPEL), o qual era oferecido por meio de convênios com outras instituições, tais como a Universidade Federal de Pelotas e o Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná.

Em 1998, o Parecer CNE/CP 45/98 autorizou a implementação do curso de formação pedagógica, sendo ofertado o primeiro curso em nível superior em 1999, ocasião em que a instituição deixou de ser ETFPEL e passou a ser CEFET-RS - Centro Federal de Educação Tecnológica.

Em 2008, a instituição foi denominada IFSUL e a formação pedagógica passou a ter a formatação de pós-graduação *lato sensu*, voltando a se modificar com a Resolução 02/2015 do Conselho Nacional de Educação, quando o curso passou a ser Curso de Formação Pedagógica para Graduados Não licenciados, tendo ingresso semestral a partir do segundo semestre do ano de 2018. Essa nomenclatura é a atual do curso que licencia os estudantes na sua área de formação.

Uma vez que o Brasil é signatário da Organização das Nações Unidas – ONU -, comprometendo-se a respeitar a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, a Constituição Federal de 1988 traz de forma expressa direitos fundamentais e sociais que igualmente são direitos humanos, como é o caso da educação.

A partir da referida declaração, passou-se à noção de que a dignidade é intrínseca a todo ser humano, independente de suas características pessoais e/ou locais, tornando-o fonte do Direito por sua própria natureza (BENEVIDES, 2004)

No contexto brasileiro, a temática dos Direitos Humanos instiga a desconstrução histórica relacionada à escravização, à desigualdade social e ao enfoque depreciativo que muitas vezes lhes é associado, isso porque prevalecia nacionalmente a ideia de que a pessoa deveria ser merecedora de direitos, ou seja, apenas seria digna desse reconhecimento se cumprisse determinadas exigências sociais. (BENEVIDES, 2004).

A partir da publicação das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, instituídas pela Resolução nº 01 de 2012, a formação docente em Direitos Humanos passou a ser uma política pública, cujo viés é progressista e tem como objetivo a qualificação docente (SILVA et al, 2021).

A educação em Direitos Humanos norteia-se pela ética, mostrando-se indispensável ao fomento desses direitos e à construção de valores de paz, justiça, tolerância e solidariedade, pois a educação é capaz de propiciar o fortalecimento de valores coletivos e humanísticos (POTRICH; KONTZ, 2021).

Mesmo fundamentada na previsão normativa, a inclusão desses temas no curso de formação de professores subordina-se à autonomia das instituições de ensino, revelando o seu posicionamento diante das injustiças e desigualdades sociais (SILVA, 1999)

O projeto pedagógico do curso – PPC - aprovado em 2018 e atualizado em 2023/1, no item 9, que trata da organização curricular, remetendo-se à orientação da Resolução CNE/CP 02/2015, diz que os conhecimentos curriculares estão agrupados em três núcleos distintos, ou seja, conjuntos de saberes que passaram por categorização. Sua opção é pela transversalidade dos conhecimentos, de maneira que disciplinas e atividades propostas pelo curso possam ser verificadas em mais de um núcleo.

Os Direitos Humanos estão referidos no item 9.13 do PPC do curso, que trata da Política de formação integral do estudante, indicando três disciplinas – Sociologia da Educação, Educação Cultura e Diversidade I e II – como encarregadas de dialogar sobre a

temática. Essas disciplinas integram dois dos três núcleos de aprendizagem do curso: “Núcleo de estudos de formação geral, das áreas específicas e interdisciplinares, do campo educacional, de seus fundamentos e metodologias e das diversas realidades educacionais” e “Núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional, incluindo os conteúdos específicos e pedagógicos, priorizadas pelo projeto pedagógico das instituições, em sintonia com os sistemas de ensino, atendendo às demandas sociais”.

A Resolução CNE/CP 04/2024, que traz as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura), dispõe no art.13 a forma que devem ser constituídos os núcleos de conhecimento dos cursos, identificando-se os Direitos Humanos no Núcleo I – Estudos de Formação Geral – EFG.

Desse modo, observada importância dos cursos de formação de professores para uma educação democrática e progressista, investiga-se o curso oferecido pelo IFSul Câmpus Pelotas/RS, analisando o espaço curricular da temática dos Direitos Humanos, viabilizando desvelar o posicionamento político da instituição sobre a relevância do tema para prática docente.

2. Metodologia

O estudo ampara-se na perspectiva qualitativa, com técnica afiliada na análise documental, apurando-se de que forma o projeto pedagógico atual do curso com a nomenclatura de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados, vigente desde 2018 e atualizado em 2023/1, no modelo atual, atende à legislação quanto ao repertório dos direitos humanos.

O PPC traz sua estrutura curricular atualizada, entendendo educação como um processo de desenvolvimento de capacidades que permitam às pessoas lidar com as peculiaridades da sociedade contemporânea em que estão inseridas, atuantes como cidadãos, inseridos no mundo do trabalho e participantes na permanente recriação da cultura, o que justifica o percurso formativo em harmonia com essas exigências.

Para verificar o tema em análise, procurou-se pela expressão “Direitos Humanos” no PPC, a qual apareceu quatro vezes no documento. Após essa busca, ampliou-se a pesquisa para a identificação de outros termos que estejam relacionados à temática, tais como

diversidade, gênero, questões-étnico-raciais, justiça social, cidadania, lutas identitárias, dentre outras.

Esse alargamento de expressões linguísticas justifica-se porque a temática Direitos Humanos é ampla, o que está contemplado no PPC ao tratar do assunto de forma transversal, englobando mais de uma disciplina no decorrer da graduação.

Uma vez identificadas as disciplinas, verificaram-se seus planos de ensino para compreender os debates atinentes ao tema, analisando, em particular, a ementa da disciplina, seus conteúdos e sua bibliografia.

Buscou-se compreender se a proposta de ensino e aprendizagem do curso de Formação Pedagógica para Graduados Não Licenciados do IFSul Câmpus Pelotas/RS atende aos debates atinentes aos Direitos Humanos e de que maneira isso acontece, observadas particularidades da sociedade atual.

Atualmente, a pluralidade da escola e da sociedade brasileira contemporânea é evidente, o que advém das mudanças sociais que o amadurecimento da democracia apresenta com o passar do tempo, necessitando de novos debates que contemplem as questões individuais e sociais inerentes a essas modificações.

3. Caracterizando o referido curso de Formação Pedagógica para graduados não licenciados

O curso em questão compõe-se de quatro semestres, ou seja, dois anos, destinando-se às pessoas que já tenham diploma de um curso superior de bacharelado ou tecnologia.

Para ingressar no curso, passa-se por processo seletivo regulamentado em edital específico, havendo oferta de dois ingressos anuais, um por semestre. O fato de ser indispensável a conclusão de graduação inviabiliza o processo seletivo pelo Sistema de Seleção Unificada – SISU/MEC, que adota o ENEM para classificação dos candidatos e não exige como requisito de acesso prévio à graduação.

Com o cumprimento da carga horária total do curso, incluindo prática como componente curricular, atividades complementares, estágio supervisionado e trabalho de conclusão de curso, o estudante receberá o diploma de licenciado na sua área de graduação.

O egresso do curso poderá exercer a docência na educação básica e profissional conforme sua primeira graduação, além de poder desenvolver outras funções atribuídas ao magistério, de acordo com a legislação respectiva.

A estrutura curricular do curso organiza-se em três núcleos de conhecimentos, atendendo a orientação da Resolução CNE/CP 02/2015. As disciplinas e as atividades propostas pelo curso, na maioria das vezes, abrangem saberes de mais de um núcleo, pois o curso parte da premissa de que o conhecimento ocorre a partir da união entre os saberes de diferentes áreas.

A interdisciplinaridade está evidenciada na organização curricular, viabilizando que os elementos constitutivos da formação integral do estudante integrem, direta ou indiretamente, o currículo das vinte e duas disciplinas do curso.

O curso também busca promover a qualificação da formação humana, técnico-científica, política, ética, estética e cultural do estudante, almejando formar docentes capacitados a enfrentar os desafios das questões sociais, destacando o respeito à diversidade de saberes e de culturas nos processos educativos, científicos, artísticos, culturais e tecnológicos.

Para viabilizar esses propósitos, o curso pretende articular constantemente a teoria, a prática e os diversos campos do saber, estimulando o engajamento dos estudantes em atividades complementares, em programas, em projetos de pesquisa e extensão direcionados à comunidade interna e externa ao Campus, em cursos de capacitação complementar, em monitoria em, em estágios não obrigatórios, em eventos, em revistas científicas e tecnológicas com a publicação de artigos, entre outras atividades específicas, promovidas ou articuladas ao curso.

4. Contexto dos Direitos Humanos

A abordagem dos Direitos Humanos no ensino formal inclui o estudo de sua definição, pois viabiliza aos estudantes a compreensão de sua amplitude normativa supranacional e de sua significação quanto ao reconhecimento das pessoas como sujeitos de direitos.

Definem-se Direitos Humanos como aqueles intrínsecos a qualquer pessoa, tal como sua dignidade. São direitos naturais, universais e históricos, pois abrangem todas as pessoas,

independente de reconhecimento legal e decorrendo de processos históricos ao longo do tempo (BENEVIDES, 2004).

Existem três dimensões dos Direitos Humanos, de modo que uma não exclui a outra, mantendo-se todos intocados na geração seguinte (BENEVIDES, 2004).

A primeira geração é a das liberdades individuais reconhecidas a partir do século XVIII diante da opressão do Estado e dos privilégios das classes dominantes. (BENEVIDES, 2004).

A segunda geração é a dos direitos sociais advindos entre o século XIX e XX, derivando das lutas dos trabalhadores que acabaram resultando em revoluções e no denominado “Estado de bem-estar social”. (BENEVIDES, 2004).

A terceira geração é a dos direitos coletivos da humanidade, advindo da “solidariedade planetária”, atingindo todas as pessoas no mundo globalizado (BENEVIDES, 2004).

As três gerações dos Direitos Humanos abarcam os ideais da Revolução Francesa – liberdade, igualdade e fraternidade – unindo-os à solidariedade. E, considerando o atual modelo de capitalismo neoliberal do mundo globalizado, em que se vivencia uma nova roupagem no imperialismo, a solidariedade mostra-se uma condição política para a cidadania, de onde deve advir uma democracia que remonte às suas raízes, capaz de atender à dignidade de toda pessoa (BENEVIDES, 2004).

Nas palavras de Trindade (1997, p.170)

Não pode haver Estado de Direito em meio a políticas públicas que geram a humilhação do desemprego e o empobrecimento de segmentos cada vez mais vastos da população, acarretando a denegação da totalidade dos Direitos Humanos em tantos países (TRINDADE, 1997, p.170).

Partindo-se de uma concepção integral dos Direitos Humanos, abrangendo-os na íntegra de seu conjunto, é viável sua promoção e proteção (TRINDADE, 1997).

Especialmente no Brasil, os preceitos da Declaração Universal dos Direitos Humanos nem sempre se efetivam, considerando a grande desigualdade social existente, o que sinaliza a pertinência de abordar o tema na formação de professores, possibilitando a formação de docentes capazes de atuar positivamente nas mudanças sociais necessárias no seu contexto local.

Também, conforme Potrich; Kontz (2021, p.206)

(...) reforça-se que a Educação em Direitos Humanos (EDH) torna-se coadjuvante na consolidação da democracia com o intuito de fortalecer comunidades e as minorias historicamente excluídas, fomentando a formação de sujeitos que tenham como

princípios o respeito e a promoção dos direitos de todas as pessoas (POTRICH; KONTZ, 2021, p. 206).

A abordagem curricular dos Direitos Humanos possibilita evidenciar a consciência individual sobre direitos e deveres em relação à comunidade, proporcionando reciprocidade de respeito, tolerância, paz e promoção do bem comum (NUNES; MEDINA, 2019).

5. Resultados e discussões

A temática dos Direitos Humanos não possui uma disciplina específica no curso, estando contidos explicitamente em disciplinas, no escopo de um repertório relacionado ao tema, contemplando os conceitos de diversidade, gênero, questões-étnico-raciais, justiça social, cidadania, lutas identitárias, dentre outros.

Especificamente, o tema aparece nas disciplinas de Sociologia da Educação, Educação Cultura e Diversidade I e Educação Cultura e Diversidade II, considerando a análise dos Planos de Ensino, contemplam temas no escopo dos Direitos Humanos, destacando discussões relacionadas às lutas identitárias, às questões étnico-raciais e à diversidade.

Analisando-se a lista de conteúdos específicos e a bibliografia utilizada, constata-se de forma direta a abordagem referida, conforme se demonstra a seguir.

A disciplina de Sociologia da Educação tem na unidade IV o título “Educação e as desigualdades sociais”, abordando nos itens 4.2 “A Escola e o preconceito: as relações de gênero, classe e étnicas na educação.”; 4.3 “A Escola e a violência”; 4.4 “Políticas Públicas e Cidadania”.

A ementa da disciplina tem como objetivo propor reflexões sobre Educação e as desigualdades sociais, relacionando-se diretamente à temática dos Direitos Humanos, que são aqueles reconhecidos a todas pessoas pelo fato de existirem, configurando dignidade intrínseca, ou seja, natural, universal e histórica dos sujeitos.

Na bibliografia da disciplina, observam-se autores que se dedicam às temáticas relacionadas aos Direitos Humanos, pois abordam discussões sobre identidade, cidadania, diversidade, cultura, dentre outras.

Destacam-se os seguintes autores e obras: Tomaz Tadeu da Silva, Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo. 2011; Cris Fernandes Andrada, Maria Helena Souza Patto. A cidadania negada/ políticas públicas e formas de viver. 2009. (online); Cláudia Regina de Paula Educar para a diversidade: entrelaçando redes, saberes e identidades,

2013. (on-line); Roger Simon, Peter McLaren, Michael W. Apple; Henry Giroux. Currículo, cultura e sociedade. 2016.

A disciplina de Educação Cultura e Diversidade I contém na sua ementa debates intimamente atrelados aos Direitos Humanos, tais como diversidade, cultura, multiculturalismo, gênero, questões étnico-raciais e religiosas, indicando de forma direta o estudo da fundamentação dos direitos humanos como escopo de análises.

Sua unidade I é intitulada “Cultura, Sociedade e Multiculturalismo”, trazendo conceitos de cultura e sociedade, discussões sobre relações sociais e identidade, o multiculturalismo e a educação. Já a unidade II traz o título “Direitos humanos, diversidade e diferença”, indicando no item 2.1 A fundamentação dos direitos humanos e a formação humana integral e no item 2.2 A escolarização e as noções de diversidade e de diferença, desdobrando a temática em questões de gênero e de sexualidade, relações étnico-raciais e diversidade religiosa.

A bibliografia utilizada na disciplina, além daquela já referida em Sociologia da Educação, refere Stuart Hall. A identidade cultural na pós-modernidade, 2011; Luiz Paulo da Moita Lopes, Identidades fragmentadas: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula. 2006.

A disciplina Educação Cultura e Diversidade II traz em sua ementa um mapeamento das relações estabelecidas na contemporaneidade pela problematização da perspectiva ontológica e genealógica de saber, poder e ética, e o pensamento da diferença e as implicações de resistência aos dogmatismos culturais, debates relacionados aos Direitos Humanos.

Os conteúdos estão divididos em três unidades, destacando-se a unidade I com o título Genealogia dos modos de subjetivação e a unidade III com o título “Filosofia e pensamento contemporâneo”.

Quanto à bibliografia indicada, destacam-se Gilles Deleuze, Conversações (1972-1990), 2010; Michel Foucault. História da Sexualidade, 2007; Michel Onfray, A escultura de Si – A moral estética, 1995.

O curso de formação docente inseriu a temática de Direitos Humanos de forma explícita em seu PPC, o que indica um posicionamento político, pois, essa inserção curricular pode propiciar a formação de cidadãos ativos na promoção das mudanças sociais necessárias para uma sociedade mais justa e democrática.

As disciplinas suscitadas são obrigatórias para a conclusão do curso, ratificando o posicionamento político do curso quanto à abordagem dos Direitos Humanos em seu projeto pedagógico.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há um regramento educacional que determina a inserção da temática dos Direitos Humanos na formação de professores, o que não significa a presença desse tema nos currículos dos cursos.

A presença dessa temática na formação de professores é relevante porque a educação formal objetiva promover pessoas críticas e comprometidas com as mudanças sociais pertinentes à sociedade contemporânea,

Quanto ao curso de Formação Pedagógica para Graduados Não Licenciados do IFSul Câmpus Pelotas/RS, na atual formatação, cujo PPC foi aprovado em 2018 e atualizado em 2023/1, verifica-se atenção ao tema, o qual possui espaço curricular transversal, abarcando mais de uma disciplina, independente de existir uma disciplina específica.

Constataram-se três disciplinas que tratam da temática de forma explícita, englobando estudos sobre Direitos Humanos e seu amplo repertório que inclui discussões sobre diversidade, gênero, questões-étnico-raciais, justiça social, cidadania, lutas identitárias, dentre outros.

As disciplinas de Sociologia da Educação, Educação, Cultura e Diversidade I e Educação, Cultura e Diversidade II apresentam na ementa, na organização dos conteúdos e na bibliografia indicada elementos intrínsecos aos estudos dos Direitos Humanos, evidenciando a abordagem curricular da temática.

Essas disciplinas são obrigatórias, pelo que indispensáveis para conclusão do curso, o que aponta a relevância curricular da temática e, por consequência, o posicionamento político da instituição quanto ao fortalecimento da democracia e da justiça social por meio da educação.

Abordar os Direitos Humanos na formação de professores contribui para o aprimoramento daqueles que estarão diretamente vinculados no processo de ensino e aprendizagem formal, viabilizando uma maior consciência crítica e o posicionamento ativo das pessoas na sociedade em que estão inseridas.

A pluralidade peculiar à sociedade contemporânea desafia diálogos múltiplos relacionados às questões individuais e sociais, em harmonia com os Direitos Humanos, os quais a todos são assegurados pelo fato de existirem.

A curricularização do tema no curso de formação de professores consolida seu posicionamento progressista e seu compromisso com a preparação humanística e politizada dos futuros docentes.

Referências

BENEVIDES, M.V. *Conversando com os jovens sobre Direitos Humanos. Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

LAKATOS, E.M. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 2003.

MINAYO, M.C.S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

NUNES, R., A. P.; MEDINA, P. *Educação em Direitos Humanos e para Cidadania e a Formação Docente na Educação Infantil: uma revisão sistemática da literatura*. Revista Direitos Humanos E Democracia, v.7 n.13, setembro, 2019.

POTRICH, J.G. KONTZ, L.B. Direitos humanos e educação: uma relação indissociável. *Revista Observatorio de las Ciencias Sociales en Iberoamérica*, v.2, n.12, p. 199-220 jul, 2021. ISSN: 2660-5554 Disponível em: <https://www.eumed.net/uploads/articulos/06dff91c7b665e46c4200c4b125833e.pdf> Acesso em 29 out 2024.

SILVA, D. da L. .; CAPUTO, M. C. .; VERAS, R. M. . Educação em direitos humanos no currículo das licenciaturas de instituições federais de educação superior. *Revista Educação e Pesquisa*, [S. l.], v. 47, p. e244510, 2021. DOI: 10.1590/S1678-4634202147244510. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/193205>. Acesso em: 10 nov. 2023.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias de currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. 156p

TRINDADE, A.A.C. Dilemas e desafios da Proteção Internacional dos Direitos Humanos no limiar do século XXI. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 40, n.1, junho. 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-73291997000100007> Acesso em 29 out 2024.